

Presente e futuro nos 35 anos do SNS



■ Miguel Guimarães*

O ministro da Saúde publicou um artigo no jornal Expresso de 13 de setembro de 2014 em que elogia o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o seu trabalho como líder do Ministério.

A essência e a mensagem do texto são claras. Temos um SNS prestigiado, fundado nos valores da solidariedade e justiça social, com indicadores de saúde que demonstram de forma inequívoca a qualidade do nosso serviço público de saúde e que resulta essencialmente da dedicação, qualidade e competência dos profissionais de saúde. Estamos de acordo.

No entanto, sublinhar, na actualidade, a atenuação de assimetrias estruturais, sociais e territoriais, o investimento na formação e na investigação, a aposta na existência de cuidados altamente diferenciados e a qualidade dos tratamentos para todos e não apenas para alguns, é distorcer a política que tem sido seguida nos anos mais recentes.

Nos últimos anos todos nós, doentes e profissionais de saúde, temos a percepção que o SNS está a retroceder a «olhos vistos». Não são necessários muitos dados estatísticos para entender que a Saúde dos portugueses depende cada vez mais de cada um de nós e menos do Estado. O património genético do SNS nunca esteve tão em risco. Infelizmente,

A política de Saúde do Ministério está claramente a «empurrar» os doentes para o sistema de saúde privado e convencionado. De resto, não é possível diminuir de forma brutal o orçamento de Estado para a saúde (duplicaram os cortes propostos pela troika) e continuar a oferecer cuidados de saúde com a mesma qualidade.

Cortes já aplicados no financiamento do SNS comprometeram a qualidade e o acesso

Os dados preliminares de um estudo realizado em 2013 pelo ISCTE-IUL e a Ordem dos Médicos, envolvendo 3448 médicos e centrado na sua experiência profissional quanto à aplicação das medidas após a intervenção da *troika*, revelam que 80% dos médicos considera que os cortes já aplicados no financiamento do SNS comprometeram a qualidade e o acesso aos cuidados de saúde. Cerca de 50% dos médicos afirmam que os doentes faltam mais às consultas e apontam como principais motivos os custos relacionados com as taxas moderadoras e os transportes. Mais de 60% dos médicos referem abandono frequente de terapêuticas no SNS devido a incapacidade financeira invocada pelos doentes. Por outro lado, 65% dos médicos afirmam que existem faltas recorrentes de material para o exercício da profissão, e cerca de 60% consideram que a qualidade do SNS foi afectada pelo menor acesso a actividades de formação, referindo 80% terem menos tempo para orientação de médicos internos.

As assimetrias no acesso aos cuidados de Saúde têm-se agravado. O valor das taxas moderadoras e falta de apoio nos transportes seriam suficientes para entender o exacerbar da situação. Mas uma leitura atenta do último relatório da OCDE sobre «Variações Geográficas nos Cuidados de Saúde» confirma o que todos sabemos: Portugal é dado como exemplo da má distribuição de cuidados médicos. E se adicionarmos a legislação recentemente publicada sobre reforma hospitalar, a situação é dramática. Está previsto no papel o encerramento de centenas de serviços de várias especialidades médicas por todo o país, destruindo o acesso a cuidados de saúde de proximidade. De resto, continuam a existir, de forma incompreensível e injusta, assimetrias regionais importantes no financiamento per capita que ofendem gravemente o princípio da equidade e a eficiência do sistema.

Desinvestimento na investigação, no desenvolvimento tecnológico e na formação é alarmante

Por outro lado, e contrariamente ao anunciado, o desinvestimento na investigação, no desenvolvimento tecnológico e na formação é alarmante. A qualidade da formação dos profissionais de saúde com base na existência de carreiras sólidas e estáveis é a pedra angular do nosso SNS.

É, pois, inaceitável que o ministro da Saúde não tenha concretizado na prática a defesa do SNS, desprezando a essência da sustentabilidade do sistema: apostar forte na qualidade para controlar os custos de forma sustentada.

É abusivo falar em medicina personalizada e em tratar principalmente pessoas, quando a implementação da política de Saúde seguida vai precisamente no sentido contrário. Existem cada vez mais barreiras entre os doentes e os médicos (e não são apenas informáticas), cada vez é mais escasso o tempo para a relação médico-doente, cada vez a medicina é menos humanizada e personalizada, tudo no superior interesse e desígnio de obter números para colorir favoravelmente as manchetes dos jornais. E para agravar a situação, o desgaste constante da imagem pública dos médicos na comunicação social atingiu uma dimensão absolutamente intolerável. Parece demasiado evidente que os responsáveis pela Saúde em Portugal tratam os doentes como números e não como pessoas como deveria ser. Inadmissível.

No que diz respeito à eficiência das auditorias e inspecções, já todos entendemos os caminhos contraditórios que muitas vezes percorrem os meandros da actividade política centrada nas instituições e organizações dependentes do Ministério. Um exemplo recente é a questão relacionada com a morte de dois doentes no Hospital de Santa Cruz, em que estranhamente a inspecção realizada pela IGAS, e portanto pelo Estado, ignorou que as indicações clínicas eram contrariadas por «razões logísticas», da responsabilidade da administração do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental. A Ordem dos Médicos documentou de forma objectiva o potencial e grave prejuízo decorrente dos cortes orçamentais. Um exemplo que mostra que não se pode confiar no Estado a inspecionar-se a si próprio. Termina sempre auto-ilibado.

Elogio aos profissionais

Numa altura em que se assinalam os 35 anos do SNS, é a todos os profissionais de Saúde que deve ser endereçado o nosso elogio. São eles que, diariamente, se empenham em garantir a melhor prestação de cuidados para a população e continuam a prestar um relevante e indispensável serviço à comunidade. Esperemos que as reformas da Saúde, num futuro próximo, possam valorizar — e não amesquinhar — o elevadíssimo grau de diferenciação e competência dos nossos profissionais de saúde. A mudança também tem que passar por aqui.

*Presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos

NR: Entretítulos da responsabilidade da Redacção

Tempo
MEDICINA

PROPRIEDADE/EDITOR: IMPREMÉDICA, Imprensa Médica, Lda. REDACÇÃO E PUBLICIDADE: Rua Abranches Ferrão, n.º 23, 3.º, 1600-296 Lisboa – TELEF.: 21 478 86 20; Fax: 21 478 30 81/86 21; E-MAIL: tempomedicina@tempomedicina.com EDIÇÃO ELECTRÓNICA: www.tempomedicina.com CONSELHO CIENTÍFICO: Dr. Gerardo Ubach Ferrão, Prof. M. J. Halpern, Prof. Manuel da Silva Meirinho, Prof. Miguel Carneiro de Moura, Prof. Rui Penha, Prof. Armando Porto, Prof. Mário Quina, Prof. Luís Aires de Sousa, Dr. Pedro Abreu Loureiro, Dr. Pedro Montargil, Dr. Gastão de Deus Figueira, Dr. Manuel B. Martins, Dr. A. Madeira Ventura e Dr. J. Margalho Carrilho DIRECTOR: Dr. José M. Antunes; COLABORADORES: João Paulo de Oliveira, Andreia Vieira, Sérgio Gouveia, Andrea Sousa, Laura Alves Lopes, Teresa Martins, Marco Lopes, Linda Rosa, Maria Mateus, M. M. de Oliveira, Rita Vassal, Zózimo Zorrinho (Lisboa), Vitalino José Santos, Alice Oliveira e Helena Nunes (Coimbra); Manuel Morato (Porto) REDACTORES MÉDICOS: Dr.ª Ana Ramos Falcão, Dr. Bernardo Feijóo, Dr.ª Carla Loureiro e Dr. João Mário P. Figueira FOTOS: Luís Rodrigues, Fernanda Jacinto, Luísa Ribeiro, António Cabral e André Roque (Lisboa), Carlos Monteiro e José António Gonçalves (Coimbra), Ivo Godinho (Porto) e Rosa Pereira (Algarve) COMERCIAL: Maria Cristina Lourenço PAGINAÇÃO: Adelaides SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS: Marília Correias IMPRESSÃO: Empresa Gráfica Funchalense DISTRIBUIÇÃO: IMPREMÉDICA/Multimailing/Correios DEPÓSITO LEGAL n.º 15 823 I.C.S. n.º 214304 (Publicação n.º 108948) Preço: 0,05 euros ASSINATURA: 50 euros/ano Tiragem: 15 000 exemplares A reprodução (integral ou parcial) de artigos publicados no «Tempo Medicina» e/ou TEMPOMEDICINA ONLINE só é possível com autorização expressa da Direcção do Jornal